



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 151/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 17 dias do mês de julho de 2013, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 150/XII, relativa à reunião de 10 de julho
2. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 777/XII/2.<sup>a</sup> (PCP) - "Abolição da cobrança de portagens na Via do Infante" e n.º 778/XII/2.<sup>a</sup> (PCP) - "Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125"
3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à implantação do serviço interoperável de chamadas de urgência automáticas à escala da UE (eCall) [COM(2013)315] e Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos requisitos de homologação para a implantação do sistema eCall de bordo em veículos e que altera a Diretiva 2007/46/CE [COM(2013)316] Relator: Deputado Paulo Batista Santos (PSD)
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infrações às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia [COM(2013)404] Relator: Deputado Fernando Serrasqueiro (PS)
5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à implementação do Céu Único Europeu [COM(2013)410], a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Acelerar a implementação do Céu Único Europeu [COM(2013)408], e a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 151/XII/ 2.ª SL

Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 216/2008 no que se refere aos aeródromos, à gestão do tráfego aéreo e aos serviços de navegação aérea [COM(2013)409] Relator: Deputado Helder Amaral (CDS-PP)

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro normativo para o acesso ao mercado dos serviços portuários e a transparência financeira dos portos [COM(2013)296] Relatora: Deputada Ana Paula Vitorino (PS)

7. Projetos de Resolução n.os 647/XII/2.ª (PS), 781/XII/2.ª (PSD/CDS-PP) e 782/XII/2.ª (PCP) - sobre medidas de apoio ao sector automóvel nacional  
Eventual elaboração de texto único

8. Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 3.ª sessão legislativa

9. Outros assuntos

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 150/XII, relativa à reunião de 10 de julho**

Submetida a votação foi a ata n.º 150/XII, relativa à reunião de 10 de julho, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PEV.

**2. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 777/XII/2.ª (PCP) - "Abolição da cobrança de portagens na Via do Infante" e n.º 778/XII/2.ª (PCP) - "Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125"**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 151/XII/ 2.ª SL

Interveio o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) para apresentação dos Projetos de Resolução n.º 777/XII/2.ª (PCP) - "Abolição da cobrança de portagens na Via do Infante" e n.º 778/XII/2.ª (PCP) - "Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125".

Sobre o Projeto de Resolução n.º 777/XII/2.ª (PCP) começou por distinguir as três fases da construção da Via do Infante e a forma de financiamento, na qual, as 1ª e 2ª, através de fundos comunitários e a 3ª, com recursos ao regime *scut*. Reiterou ainda argumentação expendida em anteriores debates sobre esta matéria, nomeadamente no que toca ao impacto da introdução de portagens, nas *scut*, em 2010, na economia da região algarvia bem como o seu contributo para a degradação da imagem do Algarve.

Assim, defendeu como solução a renegociação do contrato de concessão, diminuindo a taxa interna de rentabilidade para a subconcessionária.

Em relação ao Projeto de Resolução n.º 778/XII/2.ª (PCP) pronunciou-se sobre os propósitos que lhe subjazem, com vista a aumentar a segurança rodoviária, a melhorar a circulação rodoviária, a fomentar o ordenamento urbano na área circundante à estrada nacional e a proceder à integração paisagística e os correspondentes benefícios para a região do Algarve.

Para o efeito, a iniciativa recomenda a retoma rápida das obras de requalificação, a construção dos lanços retirados da subconcessão Algarve Litoral em 2012 e a renegociação do contrato da subconcessão do Algarve Litoral, reduzindo a taxa interna de rentabilidade da subconcessionária.

Sobre este ponto intervieram os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS) para referir que os Projetos de Resolução apresentados pelo PCP são explícitos em matéria de tramitação e que em relação ao n.º 777/XII/2ª preocupava-o a abolição das isenções e descontos e a introdução de um novo modelo de tarifário de portagens com mudanças de preços e horários, tendo em conta a sazonalidade, porque ficava em causa o princípio da igualdade entre regiões, e sobre o n.º 778/XII/2ª o grupo



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 151/XII/ 2.ª SL

parlamentar do PS era a favor da renegociação da parceria público-privada e crítico em relação à retirada de vários lances incluídos em várias outras negociações; Paulo Cavaleiro (PSD) para dizer que era conhecedor da evolução de ambos os processos e que o PS não tinha cumprido o que estava previsto; a nova proposta de descontos para veículos pesados (dia e noite) tinha contribuído para o decréscimo de 40% do valor global; em relação aos motociclos, dispondo de via verde, tinha um desconto de 30% mas o Governo encontrava-se em fase de estudo do novo modelo de cobrança; no sistema de *scut* os utilizadores não sabiam quanto iriam pagar e assim, o sistema não era sustentável; também deveria haver mais soluções quando se tratava do transporte de mercadorias; no tocante à Estrada Nacional 125, o Governo tinha vindo a baixar os custos mas estando em estudo um novo modelo, aguardava; Hélder Amaral (CDS-PP) para dizer que subscrevia o referido pelo PCP, no que era mencionado sobre o turismo e relevava para a importância da coesão territorial, mas a situação que se verificava no Algarve era idêntica à de outras regiões do país e que a renegociação para reduzir taxas de rendibilidade das concessionárias deveria ser feita de forma coerente em relação a todas as concessões.

Por fim, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) lembrava que os argumentos invocados pelo seu grupo parlamentar não tinham sido rebatidos nesta discussão e que, um ano e meio depois, ainda não era conhecido o estudo anunciado sobre esta matéria.

**3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à implantação do serviço interoperável de chamadas de urgência automáticas à escala da UE (eCall) [COM(2013)315] e Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos requisitos de homologação para a implantação do sistema eCall de bordo em veículos e que altera a Diretiva 2007/46/CE [COM(2013)316]**

**Relator: Deputada Carina Oliveira (PSD)**



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 151/XII/ 2.ª SL**

O parecer foi, sinteticamente, apresentado pela Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) e submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

**4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infrações às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia [COM(2013)404]**

**Relator: Deputado Fernando Serrasqueiro (PS)**

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) considerou que, tratando-se de iniciativa não seleccionada pela Comissão para escrutínio, nos termos da nova metodologia de escrutínio, não se justificava a emissão de parecer.

**5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à implementação do Céu Único Europeu [COM(2013)410], a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Acelerar a implementação do Céu Único Europeu [COM(2013)408], e a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 216/2008 no que se refere aos aeródromos, à gestão do tráfego aéreo e aos serviços de navegação aérea [COM(2013)409]**

**Relator: Deputado Hélder Amaral (CDS-PP)**

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) apresentou sucintamente o parecer, dando relevo ao facto das iniciativas violarem, pelas razões nele fundamentadas, o princípio da subsidiariedade, a que se seguiu a intervenção da Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) para se pronunciar no mesmo sentido.

Submetido a votação foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PEV.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 151/XII/ 2.ª SL**

**6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro normativo para o acesso ao mercado dos serviços portuários e a transparência financeira dos portos [COM(2013)296]**

**Relatora: Deputada Ana Paula Vitorino (PS)**

Após a apresentação sintética do parecer pela Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) foi o mesmo submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

**7. Projetos de Resolução n.os 647/XII/2.ª (PS), 781/XII/2.ª (PSD/CDS-PP) e 782/XII/2.ª (PCP) - sobre medidas de apoio ao sector automóvel nacional**  
**Eventual elaboração de texto único**

O Senhor Presidente deu conhecimento de que, até àquele momento, não havia sido rececionada qualquer proposta de texto único, tendo as iniciativas baixado em 3 de julho passado, por 15 dias para esse efeito.

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte, a realizar-se a 23 de julho, de modo a que o texto final possa ser votado em Plenário no dia 24.

**8. Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 3.ª sessão legislativa**

Após apreciação, foi o plano de atividades da Comissão para a 3.ª sessão legislativa submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

**9. Outros assuntos**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 151/XII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente informou que, tendo a Comissão recebido a redação final do texto único dos Projetos de Resolução sobre os portos do Algarve e distribuída, foi a mesma fixada, sem votos contra, registando-se a ausência do BE e PEV.

Foram, também informados os Senhores Deputados de que em reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) tinha sido reagendada a apreciação e votação na especialidade da PPL 132/XII (Entidades Reguladoras) para o próximo dia 23 de julho, às 15 horas. A CEOP juntar-se-ia à COFAP, em sede de especialidade e, de seguida, continuaria a sua reunião para apreciação das alterações ao Código da Estrada e da PPL 157/XII (cujo prazo para entrega de propostas de alteração terminaria ao final da manhã de dia 19 de julho).

O Senhor Presidente perguntou aos Coordenadores dos Grupos Parlamentares do PS e PSD pelo ponto de situação da elaboração dos relatórios das visitas da Comissão aos distritos de Viana do Castelo e Alentejo, atribuídos aos Senhores Deputados Deputada Ana Paula Vitorino (PS) e ao então Deputado António Leitão Amaro (PSD), respetivamente.

Foi ainda informado que se encontrava pendente para apreciação na especialidade a PPL 141/XII (escolas de condução) e o PJI 419/XII (financiamento colaborativo) e tinha baixado, para nova apreciação, pelo prazo de 60 dias, em 28 de junho, a PPL 49/XII (ARLAM), sobre alteração do DL nº 66/2008, relativo à atribuição de um subsídio de mobilidade social aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira.

No âmbito do PJI 419/XII (financiamento colaborativo), intervieram os Senhores Deputados Duarte Cordeiro (PS) e Paulo Baptista Santos (PSD). O primeiro para considerar relevante a realização de audições às entidades que integram plataformas que operam em Portugal, como por exemplo, a CMVM, bem como a fixação de um prazo, curto, para a fase de especialidade e o segundo, para dizer que, sobre a matéria, apresentaria um requerimento, na reunião seguinte.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 151/XII/ 2.ª SL**

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 julho 2013.

**O (A) PRESIDENTE**

**(LUÍS CAMPOS FERREIRA)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 151/XII/ 2.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Cordeiro  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Paulo Batista Santos  
Paulo Ribeiro de Campos  
Rui Paulo Figueiredo  
Eurídice Pereira  
Paulo Cavaleiro  
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Ana Drago  
Eduardo Teixeira  
Heloísa Apolónia  
Luís Leite Ramos  
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: